



CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

PRAÇA DA REPÚBLICA, 53 – CENTRO/SP - CEP: 01045-903

FONE: 2075-4500

PROCESSO	2021/00210		
INTERESSADO	Instituto Municipal de Ensino Superior de Assis		
ASSUNTO	Recredenciamento da Instituição		
RELATOR	Cons. Thiago Lopes Matsushita		
PARECER CEE	Nº 331/2021	CES	Aprovado em 15/12/2021

CONSELHO PLENO

1. RELATÓRIO

1.1 HISTÓRICO

O Diretor do Instituto Municipal de Ensino Superior de Assis encaminha a este Conselho, pelo Ofício 19/2021, Recredenciamento Institucional, nos termos da Deliberação CEE 171/2019 – fls. 04.

O Recredenciamento da Instituição vence em 07/03/2022 e o protocolo foi realizado em 07/6/2021, dentro do prazo estabelecido pelo art. 26 da citada Deliberação, que é de nove meses antes do vencimento.

Na documentação encaminhada consta Relatório de Avaliação Institucional, de acordo com a Deliberação CEE 160/2018.

Ressalta-se que a Instituição protocolou pedido de prorrogação de prazo para encaminhar os documentos relativos ao Recredenciamento, CEESP-PRC-2021/00180 e, logo após protocolou o pedido instituído pelo Ofício acima mencionado.

Recredenciamento	Parecer CEE 68/2017 e Portaria CEE-GP 59/2017, publicada em 07/3/2017, pelo prazo de cinco anos
Direção	Gerson José Beneli – Mestre, mandato de 21/8/2018 a 20/8/2022

A Portaria CEE-GP 273/2021 designou os Especialistas Angelo Luiz Cortelazzo e Ronaldo Celso Messias Correia que elaboraram Relatório sobre o pedido em tela – fls.1431, em seguida o processo foi sorteado a este Relator para elaboração de Parecer.

1.2 APRECIÇÃO

A matéria referente a credenciamento está normatizada pela Deliberação CEE 171/2019, Anexo 4.

Os elementos fornecidos pela Instituição para a presente solicitação de Recredenciamento permitem analisar os autos como segue.

Histórico da Instituição – fls. 172

O Instituto Municipal de Ensino Superior de Assis (IMESA), mantida pela Fundação Educacional do Município de Assis, foi autorizado a funcionar pelo Par. CEE 608/1988 e Decreto Presidencial 96.576/1988, iniciando suas atividades em 1989, tem por finalidade criar, instalar, anexar, manter e administrar as unidades de ensino que ministram os cursos de graduação, especialização, aperfeiçoamento, extensão universitária e outros.

O Instituto possui autonomia didático-científica e administrativa, regendo-se pela legislação vigente, pelo Estatuto da Mantenedora e por seu próprio Regimento

A articulação e a integração do IMESA com o meio social se estabelecem mediante prestação de serviços especializados, ações sociais e comunitárias e projetos acadêmico-profissionais.

Desde 2011, o Instituto desenvolve projetos de pesquisas por meio do Programa PIBIC e PIBITI no qual o aluno desenvolve pesquisas sobre temas ligados ao seu curso.

O Instituto possui parceria de intercâmbio com IAESTE, instituição não governamental, com mais de 80 países, que tem como objetivo promover o intercâmbio cultural através de trabalho remunerado, que

varia de 02 a 12 meses de duração.

Atualmente, possui em funcionamento cursos nas modalidades Tecnologia, Bacharelado e Licenciatura, buscando excelência de ensino. Também, oferece vários cursos de pós-graduação *lato sensu*.

Cursos Ministrados – fls. 219

Comunicação Social com Habilitação em Publicidade e Propaganda	Renovado Reconhecimento Par.CEE 53/2020, por 03 anos
Direito	Renovação Reconhecimento Par. CEE 170/2020, por 05 anos
Química Licenciatura e Bacharelado em Química Industrial)	Renovado Reconhecimento Par.CEE 11/2019, por 04 anos
Administração	Renovado Reconhecimento Par.CEE 352/2019, por 05 anos
Ciência da Computação - Bacharelado	Renovado Reconhecimento Par.CEE 87/2018, por 03 anos
Enfermagem	Renovado Reconhecimento Par.CEE 48/2019, por 03 anos
Curso Superior de Tecnologia em Fotografia	Renovação Reconhecimento Par. CEE 351/2019, por 05 anos
Ciências Contábeis – Bacharelado	Renovação Reconhecimento: Par. CEE 149/2020, por 05 anos
Medicina	Reconhecimento Par. CEE 232/201, por 03 anos
Fisioterapia	Autorização funcionamento – Par.CEE 525/15. Encontra-se em trâmite pedido de Reconhecimento do Curso
Curso Superior de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas	Renovado Reconhecimento – Par. CEE 477/2019, por 05 anos
Engenharia Civil	Autorização: Par.CEE 134/2021

O Instituto ministrou total de 35 Cursos de Especialização cuja relação encontra-se às fls. 1491. Atualmente a Instituição oferece Cursos de Especialização nas áreas de Administração, Direito, Saúde e Informática.

Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI - fls. 220

No PDI, de 2020/2025, está prevista a implantação dos seguintes cursos na modalidade presencial: Engenharia Civil, Arquitetura e Urbanismo, Educação Física, Produção Audiovisual (tecnologia), Engenharia Agrônômica, Nutrição e Farmácia.

Na modalidade a distância: Pedagogia, Administração de Empresas, Administração Pública, Serviço Social, Gestão de Negócios e Gestão de Pessoas.

Para o período de vigência deste PDI, a Instituição pretende flexibilizar os conteúdos e componentes curriculares; possibilitar ao aluno cursar algumas disciplinas na modalidade a distância, híbrida ou totalmente a distância; estimular o corpo docente a produção de material pedagógico para ensino a distância; incorporar os desenvolvimentos tecnológicos; incorporar metodologias ativas, estimular a formação contínua do corpo docente.

Como política de ensino estão elencados 11 objetivos. As Práticas de Extensão deverão ser orientadas nos 09 eixos, descritos de fls. 193.

Atividades Correlatas Desenvolvidas pelos Cursos – fls. 10 a 101

Enfermagem: visitas técnicas; Semana Acadêmica; Congresso Interprofissional de Amamentação; Dia Mundial da Saúde; Dia da Beleza; Capacitação para profissionais da rede de ensino municipal de Assis; Capacitação em escola particular; Liga de Promoção da Saúde; Liga do Trauma; Parceria com o CEDET; Aventuras na terceira idade; Trote solidário – interação das turmas, ação social ao asilo; Campanha do agasalho; Capacitando Alunos (capacitar profissionais da atenção hospitalar); Capacitação de profissionais da rede hospitalar; Atividades acadêmicas em datas do calendário de saúde; Saúde do trabalhador; Passagem da lâmpada.

Direito: Núcleo de Prática Jurídica; Eventos de Extensão – Aproximando a Faculdade da Comunidade; Projeto Feira das Profissões/Venha nos Conhecer; Projeto Júri Simulado no ERNANIPRO 2018 e 2019; Projeto de Ação Social e Cidadania *Drive Thru* Solidário; Campanha de Arrecadação de Gibis; Palestras e Cursos; Dia do Advogado; Semana Jurídica; Visitas Orientadas; Aluna e Professor da Fema publicam Livro em Conjunto; Criação do Diretório Acadêmico do Curso de Direito; Iniciação Científica.

Ciências Contábeis: Semana Acadêmica; Palestras; Visitas Técnicas; Divulgação do Curso; Atividades regionais; Eventos.

Administração: Calourada; Palestras; Eventos; Visitas Técnicas; Fórum.

Fisioterapia: Oficina de Postura Corporal; Atuação em atividades coletivas; Comemoração do dia internacional da mulher; Programa Ensino e trabalho (PET) MEC/MS; Palestras; Dia Mundial da Saúde; Semana da Fisioterapia; Semana Nacional de Ciência e Tecnologia – Fórum Científico FEMA; Comemoração do dia da fisioterapia no Brasil; Eventos científicos e publicações de trabalho; Contato com os conselhos de ética; Visita à Associação Abrigo a Idosos de Assis; Viagem à AACD; Visita ao Instituto de Ciências Biomédicas da USP e Museu de Anatomia Humana “Alfonso Bovero; Desfile cívico de do aniversário de Assis.

Comunicação Social: Hab. Publicidade e Propaganda: Semana de Comunicação - Semacom; Palestras; FEST'UP; Festival Universitário de Propaganda; Fórum Científico; Exposição Art In Series; Publiarte; Expo Inovação; Viagem Cultural – Visita à Pinacoteca; Pixel Show –Festival de Criatividade; Campanha para a Associação Voluntários do Câncer, Disciplina Arte Publicitária.

Química Industrial e Licenciatura em Química: Visitas Técnicas; Participação em Feira de Profissões; Palestras; Oficina de Sabonete e Álcool Gel; Show da Química; Participação em Curso de Capacitação em Ferramentas do Google Education; Núcleo de Apoio à Matemática e Física; Projeto CEDET; Atividades de Química Experimental; Oficina de Astronomia; Eventos; Congressos; Semana de Química; Semana Nacional de Ciência e Tecnologia –Fórum Científico FEMA.

Medicina: Ligas Acadêmicas; Reuniões da Clínica Cirúrgica, Pediatria e Ginecologia e Obstetrícia; Palestras e Conferências; Fórum Científico FEMA.

Análise e Desenvolvimento de Sistemas: Recepção de Calouros; Programa de Iniciação Científica; Visitas Técnicas; Feira; Semana de Informática; Fórum Científico; Palestras; Monitoria; Projeto de Extensão, Projeto Fema Robótica.

Fotografia: Semanas Acadêmicas e Projetos com a Comunidade; Visitas Técnicas; Projetos Sociais; Semana da Fotografia; Encontros.

Atividades Relevantes – fls. 293/301

O IMESA, além do desenvolvimento de atividades culturais, científicas e de extensão realizadas por intermédio das coordenadorias de curso, desenvolve outras atividades, como:

√ **Programa de Iniciação Científica (PIC):** criado em 2001 com o objetivo de incrementar a graduação e promover estreito relacionamento entre estudantes e pesquisadores da instituição. Desta forma é possível colocar o aluno desde cedo em contato direto com a atividade científica e engajá-lo na pesquisa. Orientado para diversos campos de pesquisa, em consonância com os cursos de graduação e pós-graduação oferecidos pela FEMA/IMESA. O Programa é totalmente financiado pela FEMA e já distribuiu, desde a sua criação, mais de 800 bolsas para alunos e professores. Os alunos são orientados por professores com título de doutor e de mestre e frequentemente as pesquisas extrapolam os muros da instituição e são desenvolvidas em conjunto com outras universidades públicas do Brasil. Esta situação favorece a interação com outros pesquisadores e amplia os horizontes para o aluno e seu orientador.

√ **Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC):** voltado para o desenvolvimento do pensamento científico e iniciação à pesquisa de estudantes de graduação do ensino superior.

√ **Programa Institucional de Bolsas de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação (PIBITI):** visa estimular estudantes do ensino técnico e superior ao desenvolvimento e transferência de novas tecnologias e inovação.

A Instituição oferece vários tipos de bolsas com recursos próprios, são elas:

√ **Bolsa-Carência** – desconto de 20% sobre o valor da mensalidade, por meio de análise criteriosa de profissional da área, com visita in loco para averiguação da situação sócio-econômica da família cuja renda não ultrapasse 04 salários mínimos. O aluno não pode ter curso superior já concluído; acúmulo de benefícios; dependência em disciplina ou reprovação na série.

√ **Bolsa Emergência:** o aluno, regularmente matriculado, poderá requerer desconto de 20% sobre o valor de sua mensalidade, desde que esteja dentro dos requisitos exigidos.

√ **Bolsa Estágio Interno na FEMA:** o aluno regularmente matriculado pode participar das

oportunidades de estágio divulgadas nos murais e no site da Instituição, conforme demanda dos setores internos da FEMA, com desconto de acordo com a carga horária a ser cumprida.

√ **Bolsa Família:** desconto de 10% para cada um dos membros familiares que estuda na Instituição.

√ **PIC – Projeto de Iniciação Científica** - são disponibilizadas 120 bolsas custeadas pela Instituição sendo 60 para estudantes, com duração de 10 meses e 60 para docentes.

Parcerias:

√ **Bolsa Estágio Empresa:** o aluno regularmente matriculado, pode participar das oportunidades de estágio remunerado divulgadas nos murais e no site da Instituição, conforme a demanda das empresas.

√ **Bolsa PET-Saúde:** parceria entre a FEMA através dos cursos de Medicina, Enfermagem e Fisioterapia e a Secretaria Municipal de Saúde.

√ **Bolsa de Estudos Santander:** bolsa de estudos oferecidas pelo Banco Santander em parceria com IMESA/FEMA.

√ **FEP – Financiamento Estudantil Próprio:** o FEP proporciona ao aluno selecionado, dentre os vários critérios estabelecidos no edital, o pagamento de 50% da mensalidade.

√ **FIES -Financiamento Estudantil:** Programa do Ministério da Educação – MEC, que financia até 100% do valor da mensalidade.

√ **Programa Escola da Família:** parceria do Governo do Estado de São Paulo com a FEMA. A inscrição e a seleção são de responsabilidade da Secretaria de Educação do Estado de São Paulo. Desconto de 100% na mensalidade dos alunos selecionados, mediante desenvolvimento de projeto sócio-pedagógico junto as escolas públicas.

√ **FEMA e CIEE:** tem por objetivo inserção dos jovens estudantes no mercado de trabalho e o trabalho social para formação de jovens mirins em empresas privadas e órgãos públicos.

√ **Programa Jovens Acolhedores:** em parceria com a Secretaria de Saúde do Estado de São Paulo e a FEMA. Oferece desconto de 100% na mensalidade dos alunos selecionados.

√ **Projeto FEMA Rondon:** a FEMA em vários de seus cursos participa do Programa denominado Projeto Rondon, o qual foi idealizado pelo Governo Federal, onde os alunos visitam comunidades a fim de diagnosticar os principais problemas enfrentados pela mesma sugerir e implementar ações.

√ **Revista Intelecto:** é uma revista científica voltada para a Arte, Ciência e Cultura. Tem como objetivo promover e divulgar pesquisas de inúmeras áreas no Brasil. Composta por pesquisadores, professores, alunos e profissionais em geral. É também mais um canal de diálogo com outros profissionais e outras instituições, além de se constituir numa prestação de contas à sociedade, que servimos como pesquisadores, intelectuais e professores.

Avaliação Interna - fls. 276/290

Deliberação CEE 160/2018

A Avaliação Institucional é constituída de um procedimento periódico e sistemático formando como uma das bases de um processo de gestão participativa e voltado para a otimização de resultados. Ela é dividida em duas modalidades:

I-Acompanhamento e Avaliação dos Cursos:

A avaliação realizada anualmente avalia o corpo docente e os coordenadores, e gera resultados rápidos e que em sua maioria são resolvidos dentro do semestre corrente ou no próximo.

Atualmente a avaliação está estruturada em 5 partes, conforme apresentado a seguir:

1. Questões com relação aos docentes.

2. Questões com relação aos coordenadores.

3. Questões com relação aos cursos.

4. Questões com relação aos comentários e sugestões.

5. Questões para auto-avaliação do Aluno.

Após aplicação da avaliação serão gerados relatórios que depois de analisados pela direção e coordenação, será dado feedback a todos os envolvidos.

II- Condições Gerais de Funcionamento: essa modalidade avalia a infraestrutura de todas as instalações físicas; atendimento por parte dos funcionários; qualidade dos serviços prestados.

Após a aplicação dos questionários, os mesmos são tabulados e os resultados são apresentados através da visualização gráfica e com apreciações dissertativas, compreendendo, portanto, análises quantitativa e qualitativa.

O processo de avaliação é informatizado. O questionário a ser respondido pelo discente é disponibilizado na área do aluno.

Participam da avaliação o Corpo Docente, Corpo Discente e Corpo Técnico-Administrativo, as chefias (Supervisores de Departamentos, Coordenadores de Centros, Coordenadores de Curso) respondendo os questionários.

Avaliação Externa

O IMESA optou por não participar do ENADE.

Alunado -fls. 1440

Demanda do Curso nos últimos Processos Seletivos

Cursos	Vagas	2017		2018		2019		2020		2021	
		Insc.	C/V	Insc.	C/V	Inscr.	C/V	Insc.	C/V	Insc.	C/V
Administração -Not.	100	211	2,11	180	1,80	191	1,91	169	1,69	108	1,08
Análise e Desenv. Sistemas- Not.	100	114	1,14	88	0,88	121	1,21	116	1,16	114	1,14
Ciência da Computação – Not	50	125	2,5	135	2,70	94	1,88	128	2,56	78	1,56
Ciências Contábeis – Not	100	115	1,15	101	1,01	131	1,31	97	0,97	76	0,76
Direito – Diurno	100	345	3,45	298	2,98	279	2,79	153	1,53	145	1,45
Direito – Not.	100	509	5,09	437	4,37	312	3,12	258	2,58	194	1,94
Enfermagem – Not	50	235	4,70	226	4,52	196	3,92	229	4,58	174	3,48
Fisioterapia – Diurno	50	-	-	-	-	-	-	85	1,70	-	-
Fisioterapia – Not.	50	210	4,20	193	3,86	198	3,96	138	2,76	156	3,12
Fotografia – Not.	40	128	3,20	92	2,30	84	2,10	106	2,65	36	0,90
Medicina – Integral	60	1ºS- 800 2ºS 613	13,33 10,21	1ºS 630 2ºS 308	10,50 5,13	1ºS 398 2º S 265	6,63 4,41	1ºS 333 2ºS 208	5,55 3,46	1ºS 226 2ºS ---	3,76 ---
Publicidade e Propaganda – Not.	40	140	3,50	124	3,10	119	2,97	144	3,60	72	1,80
Química	50	121	2,42	89	1,78	78	1,56	62	1,24	48	0,96

Demonstrativo de Alunos Matriculados desde o último Recredenciamento

Cursos	Matriculados				
	2017	2018	2019	2020	2021
Administração – Not.	192	146	122	102	49
Análise e Desenv. Sistemas – Not.	145	133	129	129	113
Ciência da Computação – Bach	151	151	120	110	91
Ciências Contábeis – Not.	127	118	122	102	95
Direito – Diurno	474	489	485	428	347
Direito – Not.	480	456	470	389	315
Enfermagem – Not.	144	132	143	128	88
Fisioterapia – Diurno	--	--	--	21	14
Fisioterapia – Not	--	27	42	56	91
Fotografia – Not.	54	32	38	29	18
Medicina – Integral	118	192	273	347	428
Publicidade e Propaganda – Not.	139	113	96	107	53
Química – Not.	118	104	81	62	37
Total	2.142	2.093	2.121	2.010	1.739

Corpo Docente

A relação nominal dos docentes, com a respectiva titulação e o curso em que ministra aulas, consta às fls. 1443/1481.

Docentes segundo a Titulação - Deliberação CEE 145/2016

Segundo os Especialistas o corpo docente é constituído como descrito no quadro abaixo:

Titulação	Quantidade	%
Especialista	59	33,1
Mestre	69	38,8
Doutor	50	28,1
TOTAL	178	100

Dos 47 professores portadores do título de Doutor, 03 possuem Pós-Doutorado.

O Corpo Docente atende à Del. CEE 145/2016, que estipula no inciso III arts. 2º e 3º:

Art. 2º Nos processos de credenciamento e reconhecimentos institucionais, os percentuais mínimos de docentes previstos no inciso I do artigo 1º são:

III - para as faculdades integradas e instituições isoladas: um terço (1/3) do total de docentes da Instituição composto por mestres/doutores com, pelo menos, um nono (1/9) do total de docentes da Instituição com o título de doutor.

Art. 3º Os percentuais de docentes estabelecidos no artigo 2º desta Deliberação deverão ser aplicados a cada curso mantido pela Instituição, ressalvado o disposto no § 1º deste artigo.

Plano de Carreira Docente – fls. 1442

A Proposta de Plano de Carreira Docente tem por objetivo assegurar o pleno desenvolvimento profissional do corpo docente do magistério superior do Instituto Municipal de Ensino Superior de Assis – IMESA, da Fundação Educacional do Município de Assis – FEMA (Mantenedora), mediante a organização das carreiras baseadas em competências, responsabilidades e desempenho, em consonância com a missão da instituição.

O Plano de Carreira da Instituição encontra-se no Anexo 4.

Forma de Gestão – fls. 224/229

O Instituto é composto pela Congregação, Conselho de Cursos, Diretoria (Diretor e Vice-Diretor) e Coordenadoria de Cursos.

A Instituição descreve as funções de cada órgão e sua composição.

Políticas de Atendimento aos Discentes

A Instituição possui um setor denominado de Benefícios aos Alunos composto por um Assistente Social e dois funcionários para aplicação da política de bolsas. As diretrizes para implementação estão descritas de fls. 231.

Também como política de atendimento aos discentes, a consolidação das bolsas de iniciação científica e os demais programas de incentivo serão priorizados no período de vigência do PDI.

Infraestrutura Física - fls. 233/274

A Instituição possui os seguintes Laboratórios: Informática; Eletrônica; Redes/SO; Rádio e TV; Fotografia; Enfermagem; Química (Geral, Química Orgânica, Físico-Química, Microbiologia, Iniciação Científica); Prática das Ciências da Saúde, todos equipados, Agência de Publicidade. Agência de Publicidade e FEMA Júnior Consultoria (Núcleo de Práticas Gerenciais). Inova FEMA; Policlínicas, Biblioteca.

As salas de aula estão localizadas nos prédios dos blocos 01, 04, 08, 09 e 10.

Biblioteca – fls. 247

A Biblioteca possui sala de estudos em grupo, sala técnica, área de acervo; área de consulta e internet, sala da bibliotecária e área de atendimento com um sistema eletrônico de segurança que evita desvios de obras do acervo. Funciona de segunda a sexta-feira, das 7h30 às 12h e das 13h às 23h e aos sábados, das 8h às 16h, atendendo à comunidade acadêmica em suas necessidades bibliográficas e de informação, dando suporte ao desenvolvimento dos cursos ministrados. A consulta ao acervo é livre e por autoatendimento. O acervo é composto por livros, periódicos nacionais e internacionais, jornais e revistas, monografias e trabalhos de conclusão de curso.

O acervo da biblioteca poder ser consultado por meio da Base de Dados BIBLI. Estão disponíveis também, vários títulos de diversos assuntos.

A Biblioteca do IMESA mantém convênio com a biblioteca da UNESP de Assis, estabelecendo o intercâmbio de empréstimos de livros entre as bibliotecas.

A Instituição possui assinatura das bibliotecas virtuais: Minha Biblioteca, com 8.000 títulos, RT – Revista dos Tribunais específica para o Curso de Direito.

Política de Atualização e Expansão do Acervo

As compras de livros são realizadas duas vezes por ano, possibilitando a constante atualização do acervo, conforme estabelecido pela Portaria nº 4, de 4 de abril de 2008, da Direção Executiva da FEMA.

Insumos Novos – fls. 1493

Nos anos de 2019 a 2021, foram adquiridos materiais, equipamentos, contratação de empresas especializadas em prestação de serviços para diversas áreas dos cursos.

Política de Educação Inclusiva – fls. 1495

Os prédios possuem rampas de acesso aos blocos e salas de aula, elevadores, piso tátil, sinalização Braille, barras de apoio, cadeiras maiores, banheiros adaptados para receber alunos com necessidades especiais. Além dos aspectos arquitetônicos, o quadro de docente conta com uma professora de Libras.

Política de Acompanhamento de Egressos - fls. 1496

O acompanhamento de egressos fica a critério de cada coordenadoria de curso. A grande maioria faz o acompanhamento dos ex-alunos por meio de grupos de e-mails, de WhatsApp, de Redes Sociais (Facebook, LinkedIn), dentre outros. Por meio desses canais as coordenadorias informações sobre os cursos de graduação e pós-graduação, sobre ações que o curso realiza junto à comunidade, bem como utilizam esses canais para manter contato com os ex-alunos no sentido de convidá-los para realizar ou participar de eventos promovidos pelos cursos

A Instituição já definiu um projeto junto ao Setor de TI, que contemplará o desenvolvimento de uma aplicação para os ALUMNI para que nossos ex-alunos possam se cadastrar, por meio do site da Instituição, fornecendo seus dados de contato, empresa na qual atua, função que ocupa, demais formações acadêmicas, dentre outras informações necessárias para manter um acompanhamento adequado.

Política de Moritamento de Evasão – fls. 1499

A cada pedido de desistência e trancamento é realizada uma conversa com a coordenação de Curso e/ou Supervisão Acadêmica para apurar os motivos da desistência /trancamento.

Para evitar que ocorra desligamento dos alunos por problema financeiro é oferecida, quando possível, bolsa de estudos ou estágio interno.

No caso de dificuldades em algumas disciplinas são ofertadas monitorias, aulas de nivelamento de conteúdos, treinamentos.

Aspectos Financeiros e Orçamentários

Situação Fiscal, Parafiscal e Econômica: as informações sobre esse item constam de fls. 05.

Planilha Financeira com a Projeção das receitas e Despesas para o Período de 2021 a 2025, fls. 291/2092.

Da Manifestação da Comissão de Especialistas – fls. 1511 a 1539

Os Especialistas, após análise da documentação apresentada, reunião remota realizada no dia 19/08/2021, apresentaram o Relatório circunstanciado do qual extraímos o que segue:

Contextualização, Compromisso Social da Instituição:

O Instituto Municipal de Ensino Superior de Assis, IMESA, foi criado em 1988 e é mantido pela Fundação Educacional do Município de Assis, FEMA, criada em 1985. Assim, há 32 anos desenvolve cursos de graduação e, atualmente, oferta 12 diferentes formações, a saber: Bacharelados em Administração, Ciências Contábeis, Ciências da Computação, Direito, Enfermagem, Fisioterapia, Medicina, Publicidade e Propaganda, Química; Licenciatura em Química; Cursos Superiores de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas (ADS) e em Fotografia, (a quantidade é diferente da salientada em

outros locais (11) por conta de ter sido separada a formação do Bacharel e do Licenciado em Química, apesar de ingresso único.

Consta no PDI como Missão: "Promover o ensino, a pesquisa, a extensão e prestação de serviços especializados à comunidade, formando o cidadão/profissional ético e empreendedor, altamente capacitado e comprometido com a sociedade justa e democrática."

Como objetivos são elencados (fl.1435 do processo): (...)

O IMESA tem sua inserção na região de governo de Assis, que pertence à região administrativa de Marília. A Instituição tinha 2.122 matriculados em 2017, primeiro ano referente ao período avaliado, e 1.739 em 2021, ou seja, teve uma redução aproximada de 18% de suas matrículas no período, fenômeno que vem sendo registrado na maioria das Instituições municipais do Estado.

A Instituição é responsável por boa parte do atendimento SUS da cidade, pelo apoio a processos judiciais a partir de seu núcleo jurídico, bem como outras ações de destaque e importância para a população local que serão detalhados ao longo do presente relatório.

Atendimento às Recomendações realizadas no último Parecer de Recredenciamento da Instituição:

No relatório, de lavra da ilustre Consa. Maria Cristina Barbosa Storopoli consta que deverá haver atenção para os itens apontados pelos especialistas que realizaram a visita in loco e o relatório circunstanciado e abaixo transcritos:

"Merecem especial atenção da Diretoria da IES alguns aspectos que foram destacados como insuficientes no relatório do último Recredenciamento e que ainda não foram equacionados a contento."

A frase dos especialistas indica que os aspectos destacados já haviam sido considerados insuficientes no relatório anterior e que, anos depois, continuavam sem solução.

a) O plano de carreira apresentado pela IES ainda não é aplicado, apesar das iniciativas tomadas pela Diretoria da IES e da Comissão de Docentes, especialmente designada para cumprir com esse objetivo.

Durante a visita foi informado que o plano foi aprovado internamente pela Congregação da Faculdade e encaminhado para que a mantenedora o aprove para que tenha validade institucional. Após consulta formal à IES sobre o assunto, foi informado que houve, na verdade, uma reunião informal de apresentação da proposta aos docentes, que contou com 50 professores, no dia 9/8 e que há intenção de discussão e aprovação do mesmo pelo Conselho Curador ainda em setembro mas não existe convocação ou pauta estabelecida para isso (Anexo 1). Durante a visita foi questionado o cumprimento da legislação vigente, desde o art. 66 da LDB bem como a Del. 146, já que a carreira prevê seu início com professores que detêm apenas o título de graduado. Também foram questionados os pontos atribuídos às atividades que serão computadas para a promoção. Nota-se, portanto, que o assunto continua sem solução cinco anos depois de ter sido reiterada a sua cobrança, ainda que haja informação que isso ocorrerá em breve.

b) Apesar de institucionalizada a avaliação da IES ainda é incipiente, necessitando ser aprimorada para que possa realmente avaliar a IES de modo técnico, e assim oferecer subsídios para que a IES possa se aprimorar com o objetivo de propiciar ensino, pesquisa e extensão de alta qualidade, que são os pilares para a evolução da IES.

A CPA continua privilegiando o projeto em detrimento à ação. Foi realizada avaliação em 2018 apenas. Em 2020, foi justificado que não foi feita avaliação em decorrência da pandemia e que isso deverá ocorrer em 2021. Ora, dos 5 anos, apenas um contou com avaliação por parte da CPA! Pior, durante a pandemia seria importantíssimo aplicar um questionário (ainda que o mesmo) para verificar os efeitos do ensino remoto junto à comunidade acadêmica. Isso não ocorreu. Em 2021, até agosto só havia o projeto e foi enfaticamente criticada a falta de uma política avaliativa institucional e processual, conforme prevê toda a legislação emanada pelo CEE. Além disso, a Instituição não participa do ENADE, o que dificulta qualquer diagnóstico com relação aos efeitos da formação que vem sendo empreendida. Deste modo, também este item não apresentou avanços com relação ao encontrado na visita anterior, há cinco anos.

c) A cultura de pesquisa na IES é incipiente, sem normas e diretrizes bem definidas, motivo pela qual a produção é muito pequena, quase irrelevante. Existe a necessidade premente de políticas voltadas para o incentivo da pesquisa, uma vez que existem condições estruturais mínimas necessárias para tanto, e certamente se bem planejado e executado, poderá elevar o grau de maturidade acadêmica em que a IES se encontra atualmente.

A Instituição parece não ter incorporado a importância da cultura da pesquisa no processo de produção do conhecimento, que diferencia um curso superior, da educação básica. Há processos de assistência e extensão em profusão. Na pesquisa e inovação, apesar de existir uma revista (Intelecto), os anais do evento científico interno desde 2008 e obrigatório para instituições que participam do programa PIBIC do CNPq, e bolsas de Iniciação Científica, os projetos raramente ultrapassam os limites internos da Instituição no que diz respeito à sua apresentação em eventos e, nas poucas vezes em que isso ocorre, eles acabam sendo motivo de destaque nas atividades daquele curso, conforme constam alguns casos na lista de atividades dos cursos no processo (fls. 9-101).

Aliás, isso só corrobora o fato da maioria dos Currícula estarem desatualizados, inclusive para docentes envolvidos formalmente com a pesquisa e, mesmo após comentários nesse sentido, a sensibilização para o procedimento ter contribuído pouco para essa prática. Pior do que isso, o procedimento é encarado como algo burocrático de tal sorte que a efetiva ação com relação à docência, orientações, publicações, participações em congressos, em muitos Currícula atualizados recentemente, nada revelarem. Deste modo, também este item não teve avanços significativos em relação aos períodos anteriores, com o

agravante de ser um anseio expresso a transformação da Faculdade em Centro Universitário, o que deveria significar um cuidado especial no desenvolvimento dessa cultura.

d) É necessária a ampliação e melhoria do acervo bibliográfico e de periódicos especializados nas áreas de formação da IES”.

O acervo da biblioteca “Ada Pelegrini” foi atualizado da forma mais adequada atualmente, qual seja, a contratação de Bibliotecas Digitais, não apenas no sentido de garantir o acesso a todos os alunos simultaneamente, como também o acesso à última edição dos livros previstos nas bibliografias. Não era, entretanto, intuito desta comissão averiguar a informação referente à adequação da bibliografia básica e da bibliografia complementar dos projetos pedagógicos dos cursos aos títulos disponibilizadas nas bibliotecas digitais contratadas: Minha Biblioteca e Revista dos Tribunais. Com esses procedimentos, a solicitação dos especialistas foi plenamente atendida quanto a este item e deverá ser motivo de análise nos processos ligados às renovações de reconhecimentos dos cursos mantidos

Atividades Correlatas, Atividades Relevantes:

Todos os cursos desenvolvem atividades não disciplinares, especialmente de extensão e que têm relação com a comunidade local ou regional.

(...)

Percebe-se um efetivo envolvimento da instituição, especialmente em atividades de extensão com a comunidade local/regional e na promoção de semanas acadêmicas que contam com palestras de professores locais e convidados externos. Além disso, há um “Fórum Científico da FEMA” realizado anualmente e com a apresentação de trabalhos de iniciação científica dos estudantes, conforme compromisso que assumem as instituições que participam dos programas de iniciação científica do CNPq (PIBIC e PIBITI).

Existência de Programa de Apoio Pedagógico e Financeiro

A Instituição mantém um Programa de Bolsas de Estudo para alunos carentes e que também é acionado quando há ameaça de evasão decorrente de situação vulnerável ou da falta de recursos devidamente comprovada e, portanto, funciona como mecanismo de permanência de discentes na instituição.

Também visando a permanência, o IMESA oferta aulas de nivelamento de conteúdo e monitorias nas disciplinas de maior reprovação, visando contribuir para que os estudantes possam acompanhar as atividades propostas.

Há também um programa de Iniciação Científica (PIC) e os Programas desenvolvidos pelo CNPq e que distribuem cotas para as instituições do país. O IMESA ofereceu 60 bolsas PIC em 2020, com a duração de 11 meses. O PIBIC (CNPq) teve nove projetos em desenvolvimento e o PIBITI (CNPq), quatro projetos, no último período listado (2019-2020).

Além disso, quando o estudante pretende se desligar da Instituição preenche um formulário de solicitação onde explicita os motivos que o levam a essa decisão e esses formulários são analisados e há uma entrevista que procura dissuadi-lo dessa decisão, muitas vezes decorrente de problemas financeiros passageiros ou dificuldades de acompanhamento das disciplinas por falta de base.

A Instituição desenvolve sua comunicação interna e externa especialmente por meio do sítio institucional onde são encontradas as informações necessárias para ingresso e permanência o que justifica os programas acima descritos.

Experiência em Cursos de Pós-Graduação e/ou Programas de Educação Continuada:

A Instituição tem aprovados junto ao CEE-SP os projetos de 35 cursos de especialização, o mais antigo, aprovado em 2002. Entretanto, mostra a oferta de diferentes turmas de 12 desses cursos ao longo do tempo. Até o momento, foram oferecidas 34 turmas em cursos das áreas da Saúde, Direito, Administração e Informática, Publicidade e Propaganda e Educação.

No momento, oferece turmas em cinco cursos, a saber: Administração Pública e Responsabilidade Jurídica; Assistência da Urgência e Emergência; Direito Previdenciário; Transformação Digital em Desenvolvimento de Aplicações Web; e Direito Penal e Processo Penal, envolvendo as áreas de Administração, Direito, Saúde e Informática. Talvez fosse o momento de rever os projetos aprovados e fazer uma atualização daqueles que nunca formaram turmas e estabelecer política institucional de incentivo à formação pós-graduada em suas áreas de atuação.

Funcionamento dos Cursos, Evasão, Acompanhamento dos Egressos:

Pode-se observar no quadro apresentado na fl. 1437 do processo que houve uma redução no número de candidatos por vaga ao longo dos últimos anos.

O número de alunos matriculados desde o último credenciamento, também mostra uma redução de aluno e a extinção de algumas turmas anteriormente ofertadas no período diurno, que agora conta apenas com entradas no Curso de Direito, além do Curso de Medicina, que se desenvolve em período integral.

Pode-se notar que o número de alunos inscritos no processo seletivo foi de 3.050 no primeiro semestre de 2017 e de 1425 no mesmo semestre de 2021, o que representa uma queda superior a 50% dos candidatos, apesar da maioria dos cursos continuar apresentando uma relação candidato por vaga superior a 1 (exceção aos cursos de Fotografia e de Química), o que teoricamente garante o preenchimento inicial das vagas, mas traz problemas de nivelamento decorrentes de uma formação insuficiente na educação básica no que diz respeito aos conteúdos e requisitos necessários para prosseguimento de estudos.

Outro fator que uma avaliação sistemática poderia mostrar (se é que isso não ocorre), é que em 2020 houve 66% da procura registrada em 2017. Em 2021, esse percentual foi praticamente o mesmo (70%)

quando relacionado a 2020, o que pode sugerir uma influência extra e negativa da pandemia sobre a procura pelos cursos da Instituição.

(...)

A redução na procura se reflete na redução de matriculados, seja por conta do não preenchimento inicial de vagas, seja pelo aumento das desistências.

Percebe-se uma redução em torno de 18% dos matriculados relativamente ao período de 2017 a 2021 e esse valor foi praticamente constante entre 2017 e 2019, decaindo a partir de 2020 e, apenas entre 2020 e 2021, foi da ordem de 14%, o que reforça a hipótese de influência negativa da pandemia. Entretanto, como a IES não realiza as avaliações institucionais, não se pode aferir com maior precisão esse fato.

O acompanhamento de egressos fica a critério de cada coordenadoria de curso. A grande maioria faz o acompanhamento dos ex-alunos por meio de grupos de e-mails, de WhatsApp, de Redes Sociais (Facebook, LinkedIn), dentre outros.

Por causa da pandemia, a instituição passou a aplicar um questionário aos alunos que pediram desligamento, visando tentar a sua permanência. Não há documentação da eficiência da medida, mas na reunião com dirigentes e coordenadores isso foi citado como algo positivo para diminuir a evasão.

Políticas Implantadas para Monitoramento da Evasão:

Para evitar a evasão, a Instituição realiza, por meio da Seção de Alunos e a Coordenação de Curso, um trabalho no sentido de amenizar as desistências ou trancamentos do curso, o que foi iniciado por conta dos efeitos da pandemia, com perda de poder aquisitivo por parte do aluno.

Durante reunião com os coordenadores, informaram que a maioria dos alunos desiste por falta de recursos financeiros. Que diversas tentativas são realizadas para manter o aluno na IES, inclusive situações que auxiliam o aluno com equipamentos (computadores), ou com a concessão de alguma bolsa de estudos que permita sua permanência

Novamente neste item, a existência de um processo avaliativo sistemático poderia auxiliar em muito as ações visando a diminuição da evasão, o que ainda não ocorre institucionalmente.

Políticas Implantadas para Acompanhamento dos Egressos:

Conforme já foi salientado, não há uma política Institucional para acompanhamento de egressos, ficando a critério de cada coordenadoria de curso as ações nesse sentido. Assim, listas de WhatsApp ou questionários pelo Google forms contribuem para algumas coordenadorias realizar essa tarefa

Conforme consta no documento encaminhado pela IES, às fls. 1497 o processo, está previsto o desenvolvimento de uma aplicação, "ALUMNIFEMA", possibilitando os egressos de se cadastrar, fornecendo seus dados de contato, empresa na qual atuam, função que ocupam, dentre outras informações necessárias para manter um acompanhamento adequado. Em contrapartida, o egresso continuará podendo utilizar a Biblioteca e o e-mail institucional. O projeto prevê outras medidas, mas ainda está em fase de desenvolvimento pela área de TI.

Políticas de Educação Inclusiva para Pessoas com Deficiência:

Segundo a Instituição, fls. 1495 do Processo, mesmo não tendo uma política inclusiva totalmente implantada, ela recebe a pessoa com deficiência e insere-a no meio acadêmico. Para esse atendimento, escuta os familiares desse aluno, para saber qual sua necessidade. Em seguida, os coordenadores fazem as orientações aos professores e alunos, que irão desenvolver a inserção dessa pessoa no ambiente institucional, porque "precisamos apreender a nos portar frente as diferenças e promover a igualdade."

Nos princípios norteadores, fl. 189, a instituição trata da inclusão pedagógica: "Com o objetivo de formar os seus discentes, a FEMA, deverá elaborar cursos e programas com conteúdos que sejam atualizados com a frequência necessária para acompanhar o desenvolvimento do conhecimento, assim como, de diferentes tecnologias. A FEMA deverá fomentar a flexibilidade e a diversidade de conteúdos que proporcione a inclusão de professores e alunos no ensino-aprendizagem."

O assunto também é uma das metas do PDI (fl. 191): "No bojo de tais incentivos, constitui-se em meta deste PDI, a incorporação dos desenvolvimentos tecnológicos, sobretudo nos cursos de graduação e de extensão, de ambientes virtuais de aprendizagem, vídeo aulas, criação de aplicativos para o ensino e para a inclusão social.

Finalmente, nas fls. 1495 e 1496 consta que a instituição recebeu alguns alunos com impedimentos físicos, mentais, intelectuais e sensoriais, e promoveu a inclusão social desses indivíduos para a participação em igualdade de condições, respeitando sempre as limitações de cada um, e levando em consideração que não é a pessoa que apresenta uma deficiência, mas a sociedade e o meio que tem dificuldades para adaptar-se aos que assim se apresentam. Conclui que as rampas de acesso aos prédios e salas de aula, piso tátil, sinalização Braille, barras de apoio, cadeiras maiores nas salas de aula, estacionamento exclusivo dentre outros, são medidas que vão nessa direção.

Os coordenadores e docentes informaram durante as reuniões que a IES tem se adequado e evoluído com as necessidades apresentadas pelos alunos nos últimos anos.

Avaliações Internas, Externas dos Cursos, Auto Avaliação Institucional:

A Instituição prevê a avaliação institucional e tem constituída uma Comissão Permanente de Avaliação. A CPA não atende ao disposto no Inciso I do Art. 5º da Deliberação 160/2018.

Os resultados das avaliações não constam do relatório apresentado, que se restringe a listar os itens que são respondidos pela comunidade acadêmica (fls. 103-113) e a discorrer sobre a importância da avaliação, tanto com relação ao INEP/MEC quanto ao CEE/SP. Mais adiante, como anexo do PDI, o texto é repetido (fls. 277-290).

Durante a reunião remota com a CPA foi informado que a maior parte dos instrumentos foi aplicada uma única vez, em 2018 e que depois disso houve um estudo sobre a melhoria desses instrumentos, que se estendeu até o início da pandemia e que agora se espera o final desta para nova aplicação.

Esta informação, bem como a ausência de resultados mesmo referentes a 2018, reflete que a autoavaliação enquanto ferramenta processual e de retroalimentação do próprio Projeto Pedagógico Institucional não está incorporada à cultura institucional e, pior do que isso, é praticamente inexistente até o momento.

Além disso, os problemas gerados pela pandemia não foram mapeados de forma institucional e o próprio aumento de evasão apresentado (ou se trata apenas de trancamentos de matrícula?) não estão mapeados e a CPA, aparentemente, perdeu uma excelente oportunidade de avaliar o momento de modificação das atividades pedagógicas presenciais para atividades remotas, especialmente porque pretende implantar cursos desenvolvidos na modalidade a distância.

A acrescentar, ainda, que a última participação da Instituição no ENADE foi em 2014 e, a partir dessa data considerou que a não obrigatoriedade de participação expressa por manifestação do CEE-SP lhe dá o necessário respaldo. Tal fato é parcialmente verdadeiro, já que apesar de não ter regulamentado pela obrigatoriedade de participação no ENADE, o CEE-SP incentiva de forma inequívoca essa participação, uma vez que estende o período das renovações de reconhecimento dos cursos cujos estudantes obtêm conceito ENADE 4 ou 5 enquanto esse desempenho perdurar.

Assim, a única avaliação a que se submete o IMESA é aquela regulamentada pela Deliberação CEE nº 171/2019, que prevê os credenciamentos institucionais, a autorização, reconhecimento e renovações de reconhecimento de seus cursos. Dos 8 cursos com renovação de reconhecimento realizada, 5 deles obtiveram o tempo máximo previsto (5 anos), um teve o período reduzido em 1 ano e os dois restantes, em 2 anos, o que denota avaliações positivas em todos os casos, apesar de algumas ressalvas nos 3 cursos (36,7%) que não obtiveram o tempo máximo permitido.

Durante a reunião com a CPA, foi informado que a avaliação de 2018 foi apresentada aos coordenadores de curso e professores que não cumpriam seu horário na avaliação feita pelos estudantes foram chamados. Também foi realizada a separação entre as coordenadorias de ciências contábeis e administração, conforme solicitado pela comunidade.

Apesar de não serem apresentados de forma documental, esses resultados apenas confirmam a importância que a avaliação pode ter na correção de problemas detectados e, acima de tudo, o reforço que pode significar para a consolidação das boas práticas.

Modelo de Gestão Institucional:

A gestão institucional está organizada a partir da mantenedora, que tem um Conselho Curador e uma Presidência, que está hierarquicamente acima da Congregação e que mantém duas Diretorias: a Diretoria Acadêmica e a Diretoria Executiva.

Essa forma de apresentação do organograma, que mistura mantenedora e mantida é também refletida no dia a dia institucional: fica difícil pensar na identidade do IMESA, apesar da instituição ter seu Regimento aprovado, quando até os uniformes e camisetas que aparecem nos vídeos institucionais tem apenas a denominação da mantenedora, o que se reflete também nos e-mails e no sítio institucional, cujo domínio é "fema.edu.br" e na forma como se identificam os signatários dos e-mails (vide Anexos), o que talvez deva ser motivo de reflexão por parte da mantenedora, que pode inclusive terminar pela decisão da mudança de nome da mantida para aquele efetivamente utilizado. Para uma Instituição que mantém um curso de graduação e docentes da área de publicidade e propaganda, essa discussão parece ser bastante facilitada.

A Diretoria Executiva tem sob sua responsabilidade os setores técnico-administrativos que envolvem recursos, como RH, compras, licitações, contabilidade, financeiro, serviços gerais, gestão de serviços externos. É também responsável pela Assessoria Jurídica e Assessoria de Comunicação e Eventos.

A Diretoria Acadêmica tem sob sua responsabilidade a Biblioteca, o Núcleo EaD, a Supervisão Acadêmica e as Coordenadorias de Curso, que na verdade são os nomes que designam todos os docentes envolvidos em um curso de graduação ou de pós-graduação e até 1/5 de representação discente. Cada coordenadoria (cujo nome mais adequado poderia ser assembleia, já que, cada uma, tem um coordenador de curso. O conjunto de coordenadores, mais representação discente, de funcionários e a diretoria, formam o Conselho de Cursos.

Finalmente, ligados às duas Diretorias, existem dois setores: o de Pesquisa e Inovação e o de Projetos e Extensão.

Deste modo, as decisões institucionais são discutidas e aprovadas na Congregação e, nos casos que envolvem recursos, a aprovação do Conselho Curador. Também aprova as decisões do Colegiado de Cursos e das Coordenadorias de Curso. Pela informação prestada no Anexo 1, a Congregação não será acionada para a aprovação da carreira docente, o que reforça essa característica apontada acima.

Além dos colegiados citados, as atividades acadêmicas têm apoio nos setores de Pesquisa e Inovação, aí incluídas as bolsas de iniciação científica, conselho de ética etc., e de Projetos e Extensão, envolvendo projetos cuja perenidade justificam sua ligação ao setor, como FEMA cidadania, FEMA Ethos e FEMA Robótica. Pela dupla submissão às duas diretorias, aparentemente as decisões sobre Pesquisa, Inovação, Projetos e Extensão, são tomadas pela Congregação e pelo Conselho de Curadores.

Regimento da Instituição: o Regimento do IMESA está disponível no sítio institucional (https://fema.edu.br/images/pdfs/Regimento_2010.pdf) e tem 152 artigos e 3 anexos (fl.37 a 57).

(...).

A estrutura do Regimento abrange os principais regramentos necessários para o funcionamento de uma instituição de ensino superior, respeitando o princípio da gestão democrática (art. 56 da LDB), com previsão de representação dos diferentes segmentos da comunidade e determinação de mandatos.

Os 3 anexos tratam, respectivamente, das vagas e períodos de oferta dos cursos (existentes e já extintos, aparentemente) das estruturas curriculares (desatualizada, sem Medicina, Fisioterapia e com Tecnologia em Processamento de Dados), e das Coordenadorias de Curso.

Funcionários Administrativos:

Durante reunião com funcionários técnico-administrativos, estiveram presentes 12 representantes dos diferentes setores, destacando-se a administração, biblioteca e apoio técnico. Na ocasião, foi considerado pelos participantes que eles possuem a formação adequada para desempenhar as funções nos setores em que atuam.

Ainda segundo a opinião dos presentes na reunião, atualmente há a necessidade de contratação de servidores para alguns setores, e informaram que há pedidos em andamento. Para alguns setores estão sendo contratados estagiários.

O plano de carreira, aprovado em 2019, ainda não gerou as reclassificações esperadas, especialmente em termos salariais, por falta de verbas orçamentárias específicas para esse fim. Segundo esclarecimentos da Instituição, constantes do Anexo I deste relatório, isso se deve à pandemia da COVID 19 que gerou a Lei Complementar 173/20, que impediu qualquer reajuste naqueles salários, até 31/12/2021. O assunto é tratado no art. 8º da citada Lei.

Docentes da Instituição:

(...)

Após encaminhamento da relação de disciplinas ministradas pelos docentes, a instituição informou que dois docentes se desligaram: o docente apenas graduado e um outro, especialista (Anexo 2). Deste modo, a nova composição percentual de professores passa a ser: 178 docentes, dos quais 50 são doutores (28,1%); 69 são mestres (38,8%) e 59 são especialistas (33,1%). Assim, passa a haver o atendimento ao art. 1º da Deliberação CEE nº 145/2016.

O percentual mínimo de professores titulados com mestrado e doutorado em Faculdades e Faculdades Integradas é de 1/3 ou 33,3%. O IMESA possui 67% de professores nessa situação o que é praticamente o dobro do mínimo exigido. Também pede 1/9 de professores doutores, ou 11,2% e a instituição tem 28,1% o que também atende plenamente à legislação.

Para faculdades, não é previsto percentual mínimo para tempo integral.

Foi feita uma pesquisa amostral dos Currícula dos docentes e infelizmente, alguns deles, aparentemente, não trabalham na Instituição (ou pelo menos não declaram em seus Currícula esse fato). Além disso, há erros na titulação apresentada.

Durante a visita foi solicitado que fossem atualizados os CV da plataforma Lattes mas parece que não apenas não há interesse, como não há o apoio institucional, já que dirigentes e coordenadores de curso, em grande número, encontram-se na mesma situação e, quando realizam a atualização, muitos o fazem de modo burocrático para atendimento da validação do documento, normalmente aceito quando tiver ocorrido a até um ano da data da consulta. Isso também mostra uma grande quantidade de atualizações à época em que um curso se submete a processo de reconhecimento (como muitos CV da área médica) ou renovações de reconhecimento.

De certa forma isso demonstra uma total falta de envolvimento com o mundo acadêmico já que o CV da plataforma Lattes é utilizado para todos os processos de financiamento de projetos e de bolsas de estudo, além de ser o cartão de visitas para cada docente que pretende o reconhecimento de seus pares e realizar intercâmbios e participações em bancas, congressos, palestras e mesas redondas em sua área de atuação, percebida pelos pares por meio de consulta a essa plataforma.

No material protocolado não havia a informação relativa às disciplinas de participação dos docentes e, durante as reuniões remotas, foi solicitado que isso ocorresse. Como até o dia 31/8 não havia sido encaminhada a relação, foi encaminhado e-mail reiterando o pedido (Anexo 2), o que foi atendido no dia 2/9/2021 (Anexo 3).

Apesar de não ser o foco do recredenciamento, o item solicita uma verificação da aderência da formação dos docentes com as disciplinas que ministram.

De modo geral, a lista de docentes de fls. 1443 a 1481, mestres e doutores estão alinhados ao menos em relação à grande área formativa, o que atende ao disposto na Deliberação 145/2016 que é mais restritiva aos especialistas e, por esse motivo, foi feita análise amostral de 20% dos mesmos (12 especialistas do total de 59), a partir da informação da instituição que forma o Anexo 3 deste relatório e que contém 178 docentes, informando que dois deles, Prof. João Paulo Sanches Bermudes e Luiz Guilherme Tacola se desligaram da Instituição neste meio tempo (Anexo 2, fl.2).

A contratação de especialistas é bastante heterogênea: dos 59 docentes nessa condição, 1 é do Curso de Fisioterapia; 2, do Curso de Direito; 2 atuam em C. Computação/ADS; 5 atuam em Publicidade-Propaganda/Fotografia; 8 em Administração/C. Contábeis e 41, no Curso de Medicina. Assim, foi amostrado um total de 8 docentes da Medicina, 2 de Ciências Contábeis, e 2 dos demais cursos aleatoriamente.

A tabela com os 12 docentes consultados segue abaixo, resguardando sua identidade, já que o motivo é estabelecer uma amostragem que determine o cumprimento do disposto na Deliberação 145/2016 e que possa subsidiar a apreciação do CEE a respeito.

(...)

A destacar que dos 8 docentes do Curso de Medicina que constam como especialistas na relação do IMESA, 3 (38%) constam informações que já seriam mestres ou doutores.

Assim, como se trata de levantamento amostral e o Curso de Medicina passou por recente processo de reconhecimento (verificar que todos os Lattes estão atualizados para o evento), caberá ao douto (à douta) relator(a) da CES do CEE solicitar aprofundamento dessa aparente discrepância.

A destacar, ainda, que a falta de rigor no preenchimento dos CV que é admitido pela instituição leva a outras aparentes irregularidades, como a atualização apenas do resumo, a disciplina informada no Lattes não ser a mesma daquela informada pela Instituição, não estar registrada a formação em graduação, ou a colocação da especialização como uma formação complementar, ignorando o espaço específico para a sua inserção, juntamente com graduação e pós-graduação. Isso faz com que dos 12 CV analisados, apenas 4 (1/3) não apresentaram nenhuma discordância com o material institucional ou mau preenchimento pelo próprio interessado.

Enfim, o anexo 3 traz uma outra informação que parece atípica com relação à carga horária semanal (docentes com até 110h de atividade). Efetivamente, dos 178 docentes, 20 apresentam carga horária semanal superior a 44 horas, apenas no IMESA (FEMA). Considerando que algumas instituições permitem mais de um contrato de trabalho até 64 h de atividades semanais, esse número é reduzido para 10 ocorrências, das quais em cinco, os docentes atuam com jornada de trabalho superior a 100 horas semanais.

Plano de Carreira Instituído:

O Plano de Carreira instituído foi uma das recomendações dos especialistas que realizaram a visita para o credenciamento anterior, em 2016, conforme já salientado no item 2 do presente Relatório e que já havia sido solicitado anteriormente.

No Processo, há uma Proposta de Carreira para o Corpo Docente, nas fls. 114 até 129. A leitura da proposta mostra algumas fragilidades, apesar da informação passada pela Direção do IMESA de que o projeto foi aprovado na última reunião da Congregação, o que não foi confirmado posteriormente. Houve apenas uma apresentação informal da proposta aos professores, no dia 9/8/2021, conforme informado pela Instituição (Anexo 1).

Entretanto, causam estranheza algumas questões de forma do texto, como por exemplo a numeração ordinal em todos os artigos (e não apenas até o 9º como determina a regra), assim como caputs escritos de forma incomum, como no caso do art. 28:

Art. 28º. A promoção na carreira do magistério superior da Fundação Educacional do Município de Assis –FEMA ocorrerá por meio da comprovação de requisitos de titulação ou requisitos acadêmicos específicos e far-se-á com observância das seguintes regras especificadas neste capítulo.

Art. 29º. A promoção funcional far-se-á com a observância das seguintes regras, cumulativamente:...

Além da forma, há previsão da contratação de graduados, ainda que em situações excepcionais, por autorização do Diretor da Fundação (ou seria do IMESA?) o que contraria o disposto no Art. 66 da Lei 9394/96, e o Art.1º da Deliberação CEE nº 145/2016, já que em seu art. 11 a proposta está assim redigida:

Art. 11º A titulação mínima exigida para ingresso na instituição é a de especialista na área específica da matéria a ser ministrada, podendo, em casos excepcionais, na ausência de candidatos com tais qualificações, a critério do Diretor da Fundação Educacional do Município de Assis – FEMA, permitir o ingresso de profissional apenas graduados na área

Parágrafo único. No caso da exceção prevista no caput o Diretor da Fundação Educacional do Município de Assis –FEMA, após constatada frustração do processo seletivo ante a ausência de inscrição de candidatos qualificados fará, mediante despacho motivado a abertura de novo processo com redução da exigência de qualificação.

Também parece complicado o disposto no art. 10 e 12:

Art. 10º Na medida das disponibilidades financeiras e pedagógicas da Fundação Educacional do Município de Assis –FEMA, seu Diretor buscará atender aos critérios de excelência fixados pelo Ministério da Educação e Cultura –MEC e pelo Conselho Estadual de Educação, no que diz respeito ao regime de contratação dos docentes

...

Art. 12º. Na medida das disponibilidades financeiras da Fundação Educacional do Município de Assis – FEMA, seu Diretor buscará atender os critérios de excelência fixados pelo Ministério da Educação e Cultura – MEC e pelo Conselho Estadual de Educação, no que diz respeito ao número de profissionais com titulação de doutor, mestre e especialista atuantes na unidade de ensino.

O Regime de Contratação diz respeito à busca pela excelência, mas é um requisito para o credenciamento para Centros Universitários e Universidades. Assim, não se trata de buscar atender na medida das disponibilidades financeiras. Se a Instituição permanece como Faculdade, o que parece não ser o caso desejado e constatado nas reuniões com o corpo diretivo, não necessita cumprir nenhuma exigência com relação a regime de contratação, mas sim ao de titulação. E se almeja credenciamento de outra natureza, deve cumprir as determinações inerentes.

Além disso, há alguns pontos que não estão claros, como por exemplo, a determinação de vagas ano a ano para cada categoria, pelo Diretor. Isso pode levar a uma estagnação da carreira, desqualificando-a do mérito acadêmico e deveria ser motivo de reflexão, além de alguns equívocos nas tabelas do anexo.

Apenas para citar um exemplo, na Tabela A, o título de doutor vale 3,5 pontos e o de doutor obtido direto (que é o mesmo título), vale 2 pontos, ou 0,25 a menos do que o título de mestre (2,25 pontos).

Finalmente, smj, a carreira não vai incentivar a titulação do corpo docente existente, já que para que ocorra promoção vertical, há duas condições estabelecidas no art. 29:

Art. 29º. A promoção funcional far-se-á com a observância das seguintes regras, cumulativamente:

I – ocupar o candidato o último nível da categoria anterior à que pretender ascender há pelo menos 24 (vinte e quatro) meses junto à Fundação Educacional do Município de Assis -FEMA;

II – comprovar mediante apresentação do competente diploma devidamente registrado ou certificado de conclusão emitido por instituição devidamente reconhecida pelo Ministério da Educação e Cultura acompanhado de ata da defesa pública com informação sobre aprovação.

Em outras palavras, o docente deverá ter passado por todas as promoções horizontais, já que seu ingresso se dá sempre no primeiro nível daquela categoria (especialista, mestre ou doutor). Como a promoção horizontal só se efetiva no primeiro dia do ano subsequente à sua aprovação (art.25), na prática, cada nível é ultrapassado no mínimo a cada três anos e não dois anos como determina o plano. Com isso, se um professor é aprovado em um concurso e tiver o título de mestre, ainda que venha a defender e obter seu título de doutor levará 17 anos para ascender a esse nível (5 níveis de 3 anos + 2 anos de interstício). Entretanto, um recém doutor, pode concorrer a uma vaga aberta e ser enquadrado imediatamente no nível correspondente, o que não deixa de ser desestimulante para os professores que já atuam na Instituição.

Não cabe aqui fazer uma análise aprofundada da proposta, mas não deixa de causar espécie o aparente estágio inicial de discussão da carreira, já cobrada no último recredenciamento, e por esse motivo foi alertada durante a reunião com o corpo de dirigentes, a inobservância da legislação e a incoerência da pontuação nos anexos.

Não há documentação no processo que mostre a aprovação na Congregação ou o encaminhamento da proposta da Carreira ao Conselho Curador. Na informação solicitada posteriormente (Anexo 1) foi esclarecido que houve uma discussão informal do Plano de Carreira com os docentes interessados, no dia 9/8/2021 e, portanto, já com o processo de recredenciamento desencadeado, e que o plano deverá ser submetido ao Conselho Curador da FEMA ainda em setembro (Anexo 1).

Infraestrutura Física, Recursos, Redes de Informação (Internet e Wi-fi):

As salas de aula, laboratórios e demais dependências destinadas às atividades acadêmicas estão adequadas, considerando os aspectos de limpeza, iluminação, dimensão e atualização de equipamentos.

Durante as reuniões, foi possível constatar que os computadores dos laboratórios de informática foram substituídos em 2020 e que houve uma reestruturação da rede cabeada e do wi-fi.

AIES dispõe de sala dos professores, secretaria, diretoria e reprografia, sendo que todos os espaços estão devidamente equipados e atendem às necessidades para o funcionamento.

Todas as instalações estão em processo regular de manutenção e/ou adequação e o campus é arborizado, possui áreas de lazer, cantina, estacionamentos, segurança, e possibilita o convívio da comunidade acadêmica.

Biblioteca:

A Biblioteca da Instituição está subordinada diretamente à Vice-Diretoria do IMESA e é dirigida pela Sra. Rosana Garcia de Castro, formada em Biblioteconomia e com registro no respectivo Conselho Regional.

Com uma área construída superior a 560 m2 sendo metade dela ocupada pelo acervo, formado por milhares de títulos que, smj, não está expresso na documentação. Entretanto, há um anexo contendo uma relação nominal com extensas informações sobre cada obra (cerca de 10-11 títulos por página), num total de 1.018 páginas (fl. 317 a fl. 1424 do processo), o que indicaria cerca de 11.000 títulos.

Tão importante quanto o acervo físico, ou mais, a Instituição contratou a partir de 2019, duas Bibliotecas Virtuais: a “Minha Biblioteca”, com mais de 8 mil títulos das áreas de seus cursos e a “Revista dos Tribunais” ou “RT” específica para o curso de Direito e atividades curriculares dessa área. Apesar de requerer uma estrutura mínima de acesso que deve ser de propriedade dos alunos (internet e equipamento) caso eles queiram realizar a consulta fora da biblioteca, em havendo essa estrutura, a consulta pode ser feita a qualquer hora e de qualquer lugar onde haja possibilidade de conexão. Além disso, a assinatura de bibliotecas virtuais permite que todos os estudantes possam ter acesso ao título (o que em termos físicos seria impraticável financeira e fisicamente), além de contar sempre com a última edição da obra, o que em termos físicos necessita de renovação constante, além dos desgastes provocados pelo seu manuseio e maior possibilidade de danos.

Além das obras físicas e virtuais, a biblioteca tem espaços amplos para estudo individual e estudo em grupo, acesso livre para que os usuários realizem sua própria busca nas estantes, e tem seu horário de funcionamento nos três períodos do dia, das 7h30 às 23h de segunda a sexta-feira e das 8h às 16h aos sábados.

Segundo informação da Instituição, o acervo é composto por livros, periódicos nacionais e internacionais, jornais e revistas, monografias e trabalhos de conclusão de curso. As compras de livros são realizadas duas vezes por ano, possibilitando a constante atualização do acervo, conforme estabelecido pela Portaria n° 4, de 4 de abril de 2008, da Direção Executiva da FEMA.

Insumos Novos

Como insumos novos a Instituição lista uma série de ações realizadas nos três últimos anos, envolvendo diferentes setores, com destaque para:

- **Infraestrutura de apoio pedagógico aos cursos, em especial o de Medicina:**
Compra de modelos Anatômicos, Mesa Digitalizadora 3D, Simuladores, equipamentos para o Laboratório de Química; Laboratório morfofuncional, Aquisição e livros e Contratação da Biblioteca Digital, Minha Biblioteca, Plataforma E-Volution Elsevier e Plataforma Sollicita Negócios Públicos.
- **Infraestrutura física:**
Reforma da guarita, calçadas e calçamento, instalação do sistema de aterramento e SPDA, contratação de serviços para construção do prédio de ciências da saúde, coworking, aquisição de lousas, painéis de vidro, TVs, aparelhos de ar condicionado e mobiliário geral para curso de Medicina e Administração.
- **Infraestrutura lógica:**
Infraestrutura de Rede e Cabeamento para o Campus, Aquisição de Equipamentos, acessórios, licenças e instalações de Informática, Locação de Telefonia PABX, Locação de Software para cursos EAD.
Percebe-se que há um esforço para manter a Instituição bem equipada e com infraestrutura física condizente para atendimento de seus cursos, tanto no que diz respeito ao conforto em sala de aula e estruturas administrativas, quanto aos equipamentos de laboratório e de tecnologias de informação e comunicação.

Situação fiscal e parafiscal, Desempenho financeiro:

Os desempenhos financeiros apresentados foram fornecidos pela FEMA e extraídos dos Balanços de 2017 a 2020, segundo a Instituição (fls. 164 a 167).

De acordo com os quadros apresentados contendo receitas e despesas agrupados em grandes itens, a IES apresenta situação financeira superavitária, em torno de 7 milhões de Reais/ano em 2017, 2018 e 2019, e de 2 milhões em 2020, inclusive considerado os investimentos de infraestrutura realizados.

A destacar, ainda, que o item “Receitas de transferências”, no valor de aproximadamente 2 milhões de reais em 2017, subiu para cerca de 10 milhões em 2018 e 2019 e ficou em valores da ordem de 7 milhões em 2020.

Pontos relevantes das Reuniões

Os seguintes pontos relevantes foram identificados durante as reuniões:

- *A Reunião com docentes contou com a participação de 20 representantes dos cursos ofertados pelo IMESA. Os docentes manifestaram estar extremamente satisfeitos em trabalhar na Instituição e destacaram o fato de que são docentes horistas, que o plano de carreira não está sendo aplicado mas que a IES custeia as despesas de deslocamento de suas respectivas cidades de origem até Assis.*
- *Na reunião com a CPA estiveram presentes 6 membros da comissão. Informaram que a última avaliação foi realizada em 2018, e justificaram que não aplicaram depois porque estavam aprimorando o instrumento a ser utilizado e, depois, devido a pandemia.*
- *Na reunião com os funcionários técnico-administrativos participaram 12 representantes dos diferentes setores, destacando-se a administração, biblioteca e apoio técnico. Foi salientada a necessidade de contratação de funcionários em alguns setores e da aplicação do plano de carreira, que ainda não ocorreu por falta de previsão orçamentária.*
- *Os 18 alunos presentes na reunião destacaram como relevante a atuação e envolvimento dos docentes. Representavam os cursos ofertados pela Instituição.*
- *Durante as reuniões (inicial e encerramento) com o Corpo Diretivo, estiveram presentes o diretor e o vice-diretor do IMESA. Os dirigentes informaram que a IES não participa do ENADE. Os especialistas destacaram a importância da atualização do “Currículo Lattes” dos docentes, já que ele é utilizado como referência nos convites para palestras, realização de eventos, bolsas de estudos, financiamento etc., e a necessidade de haver atenção aos itens apontados na última avaliação institucional.*

Como comentários gerais, destaca-se a boa vontade e clima de cordialidade com que os trabalhos se desenvolveram ao longo de todo o período de reuniões. A destacar, também, que a comissão deixou a escolha de professores, alunos e funcionários por conta da Instituição, desde que garantida a representatividade dos cursos e setores acadêmicos.

Plano de Desenvolvimento Institucional:

O Plano de Desenvolvimento Institucional é citado na fl. 1501 do processo, com os 6 itens constantes do item 2 do Anexo 4 da Deliberação CEE nº 171/2019. Foi postado como Anexo 8, de fls. 168 a 292 do processo.

(...)

Em resumo, o PDI atende totalmente aos Incisos I, III e V e parcialmente aos incisos II, IV e VI do item 2 do Anexo 4 da Deliberação CEE nº 171/2019.

Manifestação Final da Comissão de Especialistas:

O Instituto Municipal de Ensino Superior de Assis (IMESA), mantido pela Fundação Educacional do Município de Assis (FEMA) possui instalações que vem sendo constantemente melhoradas e que se encontram em boas condições de manutenção e limpeza. Todos os prédios possuem acessibilidade a portadores de dificuldades de locomoção, que também são contemplados por instalações sanitárias acessíveis e piso tátil.

No momento estão em construção novas instalações que abrigarão os cursos de Engenharia Civil e Arquitetura e acabam de ser concluídas as que abrigam o Curso de Medicina. A Biblioteca, que homenageia a iminente jurista “Ada Pelegrini” que também pertenceu ao egrégio CEE-SP, é ampla, organizada e com espaços que atendem à demanda, além de possuir dois acervos digitais (Minha Biblioteca e RT) com milhares de títulos disponíveis em sua última edição a todos os alunos, mostrando que um dos itens que trouxeram prejuízo à avaliação anterior foi solucionado.

Efetivamente, os especialistas que realizaram a visita anterior listaram quatro providências que julgaram necessárias para a melhoria da qualidade institucional e que foram incorporadas no Parecer que gerou o recredenciamento: a) carreira docente; b) processo de avaliação institucional; c) políticas de incentivo à pesquisa; e d) melhoria do acervo da biblioteca.

À exceção da melhoria do acervo da biblioteca, os três outros itens não foram melhorados e sua situação é explicitada nos três parágrafos seguintes.

a) *Carreira docente:* se na ocasião anterior foi apresentada, mas não estava aprovada, a mesma situação foi encontrada na documentação atual. É apresentada uma carreira que ainda traz uma série de imprecisões e que foi apenas discutida informalmente com a comunidade docente no início de agosto, mostrando que ainda haverá um novo percurso até sua implantação, apesar da informação que se pretende aprová-la ainda em setembro (Anexo 1).

b) *Avaliação Institucional*—A CPA existe, mas realizou em todo o período de cinco anos, uma única avaliação, que não gerou relatório substantivo (ou não foi apresentado e não consta do sítio institucional) ou providências significativas. Pior, à exceção de iniciativas pontuais, a política institucional de uma avaliação processual não existe. O instrumento utilizado em 2018 (único ano que teve avaliação) começou a ser reformulado e, contrariamente ao que seria esperado durante a pandemia para a coleta de informações que poderiam auxiliar.

c) *Políticas de incentivo à pesquisa* – quase como um círculo vicioso, a falta da carreira que contemple ações voltadas à produção de conhecimento, impede que a situação tenha sofrido alterações que possam ser visualizadas como diferentes daquelas relatadas na avaliação anterior. Efetivamente há projetos e bolsas PIBIC, PIBITI e da própria instituição, mas a divulgação dessa prática se limita a eventos internos em sua maioria, sem que se perceba nítida e significativamente os esforços para a participação docente e discente em congressos, simpósios e eventos ligados à pesquisa e produção de conhecimento acadêmico ou inovação. Essa prática continua contemplada de forma tímida na proposta de carreira apresentada. Como nos casos anteriores, há detalhes dessas informações nos itens do relatório e, também neste caso, a comissão considera que não foram feitos avanços significativos, com o agravante de constar na documentação (inclusive na missão e objetivos futuros) a intenção de solicitação de credenciamento como Centro Universitário, cujo diferencial de qualidade será diretamente melhorado com políticas claras nessa direção.

Espera-se, com a futura implantação das carreiras de docentes e funcionários, que a própria progressão funcional estabeleça uma cultura voltada para a produção e divulgação das ações institucionais (cerca de 2/3 dos CV estão desatualizados) de modo que haja a efetiva incorporação e amadurecimento de uma formação acadêmica moderna e voltada para a produção de conhecimento e para a realização de ações (de inovação ou não) que tragam maior desenvolvimento institucional e regional.

Deve ser destacada a cultura consolidada em projetos de extensão que atendem à comunidade local, especialmente na área jurídica e da saúde e a expansão da infraestrutura física do campus, que mostram uma estreita ligação da mantenedora com a instituição, permitindo que a situação econômica esteja controlada, a despeito da diminuição sensível do número de matriculados.

Pelo exposto, acreditamos ser importante garantir ações efetivas e imediatas para as seguintes ações para análise no próximo recredenciamento, já que não basta realizar tais ações na véspera do processo avaliativo:

a) *Implantação da carreira de funcionários técnico-administrativos e de docentes, com processos de avaliação e efetivação de promoções horizontais e/ou verticais decorrentes.*

b) *Implantação efetiva de uma avaliação processual, que gere relatórios e discussões que retroalimentem as políticas institucionais, especialmente as de gestão acadêmica.*

c) *Mecanismos de incentivo à participação em eventos e à titulação acadêmica, já que apenas dessa forma haverá a apropriação metodológica necessária aos docentes para uma preparação diferenciada de seus alunos, o que também significa melhorar a abrangência da oferta de cursos de pós-graduação (especialização e aperfeiçoamento).*

d) *Ações para melhorar a comunicação institucional e dos docentes, passando pela constante atualização dos Currícula Vitae, de maneira a permitir que os docentes tenham visibilidade extrainstitucional que reverta a favor das ações internas e diminua as divergências entre as informações institucionais e aquelas constantes nos CV preenchidos pelos docentes.*

e) *Atualização dos anexos regimentais e disponibilização das ações que são realizadas, de forma a garantir acesso e transparência.*

f) *Implantação do “Alumni FEMA” de modo a ter um arquivo contendo egressos que venham aderir à iniciativa, evitando que o projeto seja apenas um exercício acadêmico e contemplando, no sítio da instituição, algo referente aos seus ex-alunos, especialmente aqueles que concluíram um curso com sucesso.*

Por fim os Especialistas assim se manifestam:

Por todo o exposto no presente relatório e levando em conta o atual estágio de desenvolvimento encontrado na Instituição, tendo em vista a documentação apresentada, o vídeo institucional e as reuniões remotas realizadas NOS MANIFESTAMOS FAVORAVELMENTE AO RECRENCIAMENTO INSTITUCIONAL DO INSTITUTO MUNICIPAL DE ENSINO SUPERIOR DE ASSIS, IMESA e sugerimos que o prazo de cinco anos seja reduzido em função das deficiências apontadas no presente relatório e do não cumprimento de três das quatro recomendações realizadas no credenciamento anterior.

Considerações Finais

O Instituto Municipal de Ensino Superior de Assis tem mais de 30 anos de funcionamento no Oeste Paulista e conta com um número substantivo de Cursos de Graduação, com uma diminuição acentuada nos últimos 5 anos no seu número de alunos matriculados, baixando de 2.000.

Os problemas estruturais apontados no momento do Recredenciamento Institucional da IES, 5 anos atrás, ainda não foram superados, motivo pelo qual devem ser ressaltados, para fins do estabelecimento da dosimetria do período do seu Recredenciamento, quais sejam a carreira docente, avaliação institucional, as políticas de incentivo à pesquisa.

Como exemplo, grande parte dos seus professores não possuem Currículo na Plataforma Lattes, inclusive seus dirigentes em cargos de alto escalão. Além disso, a Instituição não participa do ENADE.

Outro fato que deve ser observado, é que grande parte dos Professores Especialistas da Instituição estão concentrados no Curso de Medicina.

Os problemas estruturais apresentados, desde o ciclo de renovação anterior da IES, devem ser superados nesse novo ciclo, sob pena de não ter a sua renovação aprovada.

2. CONCLUSÃO

2.1 Aprova-se, com fundamento na Deliberação CEE 171/2019, o pedido de Recredenciamento do Instituto Municipal de Ensino Superior de Assis, pelo prazo de três anos.

2.2 A Instituição deverá observar as recomendações e considerações dos Especialistas no próximo processo regulatório.

2.3 O presente recredenciamento tornar-se-á efetivo por ato próprio deste Conselho, a partir da homologação do presente Parecer pela Secretaria de Estado da Educação.

São Paulo, 07 de dezembro de 2021.

a) Cons. Thiago Lopes Matsushita
Relator

3. DECISÃO DA CÂMARA

A CÂMARA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR adota, como seu Parecer, o Voto do Relator.

Presentes os Conselheiros Bernardete Angelina Gatti, Cláudio Mansur Salomão, Décio Lencioni Machado, Eliana Martorano Amaral, Hubert Alquéres, Iraíde Marques de Freitas Barreiro, Jacintho Del Vecchio Junior, Maria Alice Carraturi, Roque Theophilo Júnior, Rose Neubauer e Thiago Lopes Matsushita.

A Cons^a Rose Neubauer votou contrariamente.

As Conselheiras Bernardete Angelina Gatti e Iraíde Marques de Freitas Barreiro declararam-se impedidas de votar, por motivo de foro íntimo.

Sala da Câmara de Educação Superior, 08 de dezembro de 2021.

a) Cons. Hubert Alquéres
Presidente

DELIBERAÇÃO PLENÁRIA

O CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO aprova, por unanimidade, a decisão da Câmara de Educação Superior, nos termos do Voto do Relator.

Sala “Carlos Pasquale”, em 15 de dezembro de 2021.

Consª Ghisleine Trigo Silveira
Presidente

PARECER CEE 331/2021	-	Publicado no DOE em 17/12/2021	-	Seção I	-	Página 33
Res. Seduc de 17/12/2021	-	Publicada no DOE em 21/12/2021	-	Seção I	-	Página 182
Portaria CEE-GP 482/2021	-	Publicada no DOE em 22/12/2021	-	Seção I	-	Página 39